



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº: **0007286-24.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Rodrigo de Paula Tavares, CPF 370.580.838-94 - Desacompanhado de Advogado**
 Requerido: **Severino Antonio da Silva, CPF 816.802.014-68 - Advogado Dr. Dhony Oliveira Souza**

Aos 05 de dezembro de 2016, às 14:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM. Juiz de Direito Dr. Silvio Moura Sales**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, bem como de seu(s) advogado(s). Presentes também a(s) testemunha(s) do autor, Sr. Sebastião. Renovada a proposta de conciliação esta foi rejeitada pelas partes. Pelo autor foi dito que desistia da oitiva de sua outra testemunha, o Sr. Evandro, sendo homologada tal desistência pelo MM Juiz de Direito. Na sequência passou o MM. Juiz a tomar o depoimento da testemunha presente, em termos em separado, e nos termos dos Provimentos de nºs. **866/2004** do Eg. Conselho Superior da Magistratura e **2304/2004** da Eg. Corregedoria Geral da Justiça, **foi(ram) gravado(s) em mídia (CD)** que será arquivado em cartório, em pasta própria, à disposição das partes. Certifico mais e finalmente, que a gravação do(s) depoimento(s) teve a ciência da(s) parte(s) e respectivo(a)(s) advogado(a)(s), o(a)(s) ficou/caram ciente(s) de que na hipótese de necessidade da “degravação” do(s) referido(s) depoimento(s), será incumbência da(s) parte(s). Terminado o depoimento e não havendo mais provas a serem produzidas, a seguir, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: *“VISTOS. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9099/95. Decido. Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito. Pelo que se extrai dos autos, é incontroverso que esse acidente aconteceu em via pública local dotada de duplo sentido de tráfego, sendo que o autor e o réu transitavam cada um em uma das pistas da rua. Sustentou o autor que a responsabilidade pelo evento foi do réu, tendo em vista que derivou para a contramão de direção e com isso atingiu o seu veículo. Em contraposição, o réu salientou que a culpa do acidente foi do autor porque ele sim foi para a pista de sentido de tráfego contrária àquela em que deveria estar. A testemunha hoje inquirida, Sebastião de Oliveira, prestou depoimento que prestigia a explicação do autor. Nesse sentido, declarou que chegou ao local pouco depois do embate e viu os automóveis parados na mesma direção que ficaram logo depois da batida. Declarou também que em razão dessas posições foi possível notar que o veículo do réu teria passado para a contramão de direção, invadindo a pista do autor e com isso dando causa ao sinistro. A testemunha também acrescentou que o réu aparentava sinais de ter ingerido bebida alcoólica, fato que ele próprio reconheceu. Nada foi apresentado para lançar qualquer dúvida quanto a credibilidade que o depoimento deveria merecer, não se detectando nenhum fato objetivo que permitisse estabelecer a ideia de que a testemunha prestasse depoimento dissociado da realidade somente com o propósito de beneficiar uma parte ou prejudicar a outra. Em consequência, esse elemento de convicção deve ser aceito sem reservas e à míngua de outras provas que apontassem para direção contrária se afigura suficiente para o acolhimento da pretensão deduzida. Isso porque deixa claro que foi o réu quem saiu da sua pista para ingressar na contramão e dessa maneira abalroar o automóvel do autor que se encontrava trafegando regularmente. Quanto ao valor pleiteado pelo autor, está amparado em prova documental que não foi impugnada de forma específica e concreta pelo réu em momento algum. Deverá, portanto, corresponder ao montante necessário para recomposição patrimonial do*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

autor. Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a presente ação, para condenar o(a) requerido(a) à pagar ao(à) autor(a), a importância de **R\$ 2.894,00** com correção monetária a partir do ajuizamento da ação, e juros legais desde a citação. Deixo de condenar a ré em custas e honorários de advogado, ante o que dispõe o art. 55 da Lei 9099/95. Publicada em audiência, dou por intimadas as partes. **REGISTRE-SE**". Saem intimados os presentes e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Requerente:

Requerido:

Adv. Requerido: Dhony Oliveira Souza

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À
MARGEM DIREITA